

Especial O Estado em debate

Reforma na Saúde deve passar pelos recursos humanos

Redistribuir tarefas dentro dos hospitais e centros de saúde e promover incentivos são algumas das sugestões dos especialistas

MARLENE CARRIÇO
marlenecarrico@negocios.pt

A reforma na saúde tem de passar necessariamente por uma intervenção ao nível dos recursos humanos. A opinião foi partilhada pelos três especialistas presentes, esta terça-feira, no debate "Pensar o futuro. Um Estado para a sociedade", promovido pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, no âmbito da reforma do Estado social.

"Não vale a pena pensar numa reforma da saúde sem pensar nos recursos humanos", começou por dizer Luís Pedroso de Lima, administrador do Hospital (privado) dos Lusíadas e que coordenou a unidade de missão dos hospitais SA (que representou a entrada dos privados no Serviço Nacional de Saúde). Até porque são eles que determinam a despesa do SNS.

Segundo o gestor, está na hora de "repensar o papel dos profissionais de saúde, repensar o papel das Ordens na definição de políticas em Portugal e enfrentar interesses instalados". Pedroso de Lima referiu que há muitas actividades realizadas por médicos em Portugal e que são realizadas por enfermeiros em todo o mundo. A redistribuição de tarefas é uma das propostas apresentada no relatório do FMI, conhecido na semana passada.

O administrador vai ainda mais longe, propondo que se dê "mais liberdade às instituições" no que diz respeito à gestão dos profissionais, nomeadamente através da possibilidade do pagamento de um salário com base na produção. Que é o que



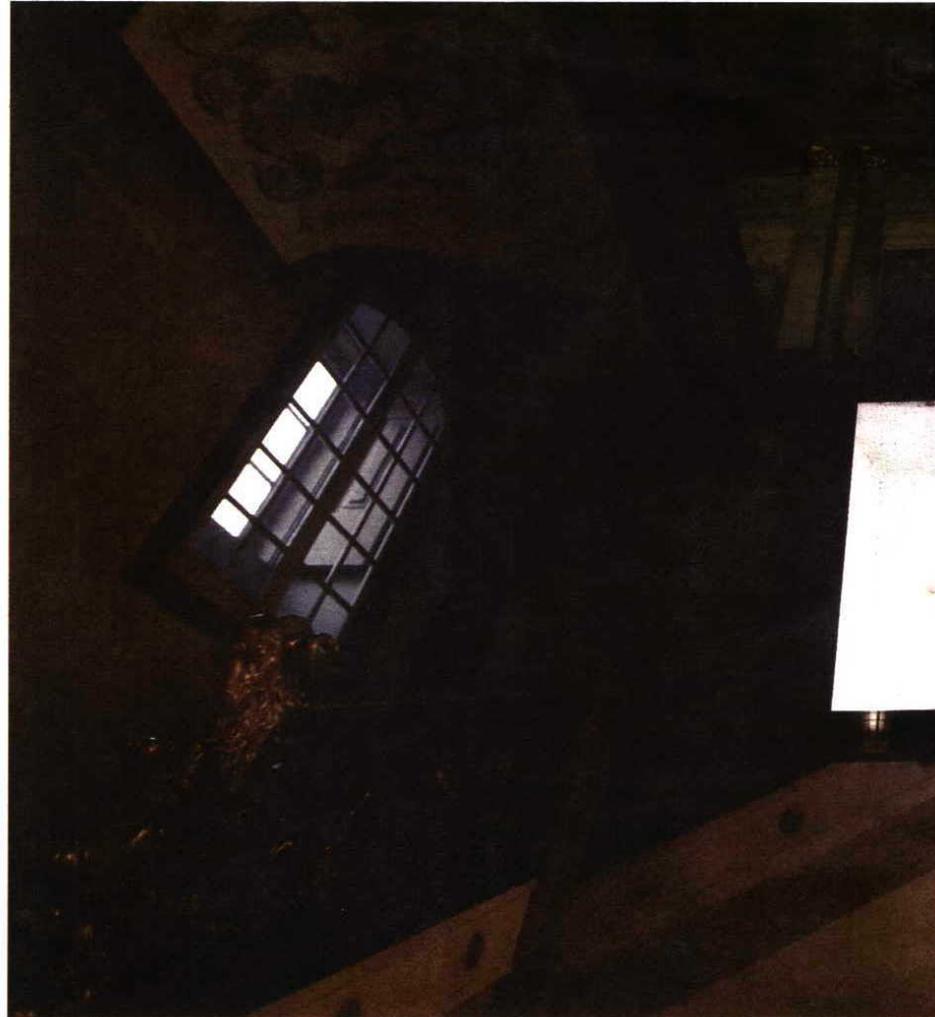
O antigo coordenador da missão para os hospitais SA defende redistribuição de tarefas.

Não vale a pena pensar numa reforma da saúde sem pensar nos recursos humanos.

LUÍS PEDROSO DE LIMA
Administrador do Hospital dos Lusíadas

fazem os privados, explicou ao **Negócios** à margem do debate. "Porque é que não querendo concorrência, nem sequer é capaz de dar as mesmas armas ao sector que quer defender?", questionou, referindo-se ao Estado e ao facto de os profissionais não terem qualquer incentivo a trabalhar mais e melhor.

Também o ex-ministro dos governos de Durão Barroso e Santana Lopes, Luís Filipe Pereira, disse que o Estado "tem dificuldade em fazer gestão dessas grandes massas de re-



Conferência de dois dias | O debate "Pensar o Futuro", promovido pelo primeiro-ministro, prossegue amanhã.

ursos humanos".

Já Rui Diniz, administrador da José de Mello Saúde, defendeu a necessidade de se "criar mecanismos para que cidadãos e profissionais tenham incentivos a reduzir a despesa". Para o economista é também preciso deixar claro à população qual o custo da saúde: "se dissesse que todo o IRS é gasto em saúde se calhar pensávamos duas vezes".

Três vozes, uma ideia: abertura do SNS ao sector privado e social

Com um painel composto exclusivamente por defensores da iniciativa privada, moderado pelo economista Pita Barros, outra das ideias-chave da sessão foi a defesa da abertura aos privados. "Há muito que defendo que devemos evoluir para um sistema em que seja possível inserir a iniciativa privada e social. Não há razão para que seja o Estado o único prestador", defendeu Filipe Pereira.

O ex-governante insistiu na ideia de que são precisas reformas "estruturais", mas percebendo a necessidade de cortes imediatos, sugeriu, no final do debate, a "contratualização mais apertada" com os hospitais, ou seja, "com menos fazer o mesmo".

Liberdade de escolha sobre o futuro do en

MARLENE CARRIÇO
marlenecarrico@negocios.pt

"Não sei como pensar a educação fora de um ambiente de liberdade". As palavras são de Rodrigo Queiroz e Melo, representante do ensino particular e cooperativo, mas foram corroboradas por Fernando Adão da Fonseca, presidente do Fórum para a Liberdade de Educação. Ambos estiveram presentes no painel que discutiu o futuro da Educação em Portugal, na conferência de dois dias organizada pelo primeiro-ministro no âmbito da reforma do Estado e que termina esta quarta-feira.

O director-executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Rodrigo Queiroz e Melo, defendeu uma maior autonomia

das escolas e abertura aos privados com a introdução da total liberdade de escolha, destacando os progressos que o sistema educativo fez ao longo dos anos.

Minutos antes, Fernando Adão da Fonseca, assumiu uma posição idêntica. "Gostava que o Estado me permitisse liberdade de escolha. Só assim conseguimos mudar. O sistema central que temos na educação não responde aos desafios actuais. Precisamos de concorrência sem liberdade e vice-versa", defendeu, sublinhando a importância da "transparência". Já o Estado, na sua opinião, assumiria um papel "suficientemente forte enquanto árbitro".

Do outro lado da balança, o professor e autor do blogue "A educação do meu umbigo", Paulo



Miguel Baltazar

Gasto com defesa e segurança "é investimento rentável"

Os militares e membros das forças de segurança são dois dos grupos mais visados pelo relatório do FMI. Contudo, na conferência sobre a reforma do Estado, as necessidades de cortes foram desvalorizadas pelos oradores convidados, que destacaram a importância de um investimento nestas áreas.

"As Forças Armadas estiveram sempre presentes quando o país precisou", afirmou o General Leonel de Carvalho, citando o fim da I República e o 25 de Abril de 1974 como exemplos. "Nas forças de segurança há efectivos a mais? E o que temos em troca? Temos segurança. Portugal é o segundo país mais seguro da Europa", argumenta o ex-director do Gabinete Coordenador de Segurança, referindo o efeito positivo dessa segurança no turismo. "A despesa [nesta área] é um investimento rentável e justificável."

Nas forças de segurança há efectivos a mais? E o que temos em troca? Segurança.

LEONEL DE CARVALHO

Ex-director do Gabinete Coordenador de Segurança

OCDE dará menos sugestões concretas que FMI

O governo português não fez um pedido oficial de estudo à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas Carlos Moedas já se reuniu segunda-feira com representantes da instituição.

Segundo apurou o **Negócios**, o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro esteve mais de três horas com uma equipa da OCDE, liderada pelo brasileiro Luiz de Mello, chefe de gabinete adjunto do secretário-geral Angel Gurría. No entanto, o modelo de estudo requisitado a estes técnicos não será semelhante ao do FMI, devendo espelhar uma reflexão mais geral sobre as funções do Estado, com menos sugestões de medidas concretas.

A notícia da reunião entre o governo e a OCDE foi dada ontem pelo "Diário de Notícias" e o "Diário Económico". Este úl-

Governo não fez pedido oficial à OCDE, mas já iniciou reuniões com técnicos da instituição.

Guinote marcou o debate Sino em Portugal

Guinote, recusou a introdução da liberdade de escolha, bem como de cortes no sector, centrando o seu discurso na escola pública. "A educação começa a dar bons resultados. Não me parece que seja bom discutir a melhor maneira de destruir isto", argumentou.

O especialista na área fez ainda questão de sublinhar várias vezes o facto de o relatório recente do FMI, com propostas para o corte dos 4.000 milhões de euros na despesa do Estado, se basear em números "errados" que "distorcem a realidade". Segundo Paulo Guinote o Governo cedeu os números que lhes dão jeito para justificar cortes.

Ao invés de cortes, o professor defende que se deve arrecadar receitas, através, por exemplo, de mecenato por parte de grandes empresas às escolas públicas.



Fernando Adão da Fonseca considera que os desafios actuais exigem maior concorrência.

O sistema central não responde aos desafios actuais. Precisamos de concorrência.

FERNANDO ADÃO DA FONSECA
Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação e administrador da UNICRE



Rodrigo Queiroz e Melo, da AEEP, defende a introdução de liberdade de escolha total na educação.

Não sei como pensar a educação fora de um ambiente de liberdade.

RODRIGO QUEIROZ E MELO
Presidente da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

Opinião partilhada pelo Capitão-de-mar-e-guerra Luís Carlos de Sousa Pereira, outro dos oradores para quem os gastos nestas áreas "são investimento e não despesa".

Bruno Cardoso Reis, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa considera também que "as Forças Armadas não são um luxo, são uma base de direitos". No entanto, foi o único que admitiu algumas reformas, reconhecendo que se pode aprofundar a "racionalização de instalações militares" e que, em comparação com os parceiros europeus, a estrutura de despesa da Defesa e Segurança está demasiado concentrada nos gastos com pessoal (mais de 70%). "É preciso reduzir gradualmente este peso no médio prazo e reforçar o investimento." **NA**

timo referia que se trata de uma missão exploratória para definir o âmbito deste estudo.

O **Negócios** noticiou sexta-feira que a OCDE ainda não tinha recebido qualquer pedido de estudo oficial. Mesmo que o processo já esteja a decorrer informalmente, este tipo de estudo leva, no mínimo, três meses a concluir. O que faz com que as conclusões já não cheguem a tempo do debate com a troika sobre cortes de quatro mil milhões de euros na despesa, agendada para meados de Fevereiro, altura da sétima avaliação do programa de ajustamento.

A edição de ontem do DN lembrava que recomendações anteriores da OCDE apontavam para cortes no subsídio de desemprego, reduções salariais para funcionários públicos e aumento do horário de trabalho. **NA**